





VOTORANTIM cimentos

Demonstrações Financeiras 2024

Votorantim Cimentos S.A.

CNPJ/ME nº 01.637.895/0001-32

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

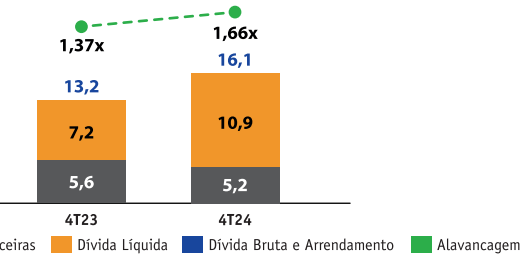
RESULTADO 2024 DA VOTORANTIM CIMENTOS
A Votorantim Cimentos encerrou o ano de 2024 com resultado operacional recorde pelo segundo ano consecutivo...

custos variáveis, mitigado parcialmente pela venda de um ativo não estratégico no Uruguai.

O mercado de cimento no Uruguai foi impactado ao longo do ano com fortes chuvas e enchentes. No decorrer do ano algumas obras em atraso e os efeitos econômicos locais prejudicaram a demanda de cimento.

Alavancagem e Composição Dívida Bruta

31/12/2024 - Alavancagem de 2023 e de 2024 consideram apenas as operações continuadas



Resumo de métricas-chave: +1% Volume Cimento vs 2023, +24% Margem EBITDA vs 2023, +38% CAPEX vs 2023, -1% Receita Líquida vs 2023, +9% ML¹ EBITDA Ajustado vs 2023, 1,66x Alavancagem¹ vs 1,37x em 2023, -1% Emissão de CO2 vs 2023.

DESTAQUES

- Recorde consecutivo do EBITDA ajustado anual e avanço de margem suportado pela diversificação geográfica e de produtos...
• Aumento de 38% no ano de investimento em CAPEX, alinhado à estratégia de aceleração de investimentos em competitividade estrutural.

DESTAQUES FINANCEIROS

Tabela com 4 colunas: 2024, 2023, 2024 vs. 2023 e ML. Linhas incluem: Volume de vendas de cimento (m tons), Receita líquida, CPV, SG&A, Despesa com vendas, Despesas gerais e administrativas, Outros resultados operacionais, Lucro líquido ajustado, Depreciação, EBITDA ajustado, Margem EBITDA.

DESTAQUES ASG

Tabela com 4 colunas: 2024, 2023, 2024 vs. 2023 e ML. Linhas incluem: Sustentabilidade, Emissão líquida de CO2 (kg/ton cimentício), Taxa de Substituição Térmica (%), Fator Clínter/cimento (%), Energia Renovável (%).

1. Receita Líquida e EBITDA Ajustado

1.1. Consolidado¹
RS Milhão 2024 2023 2024 vs 2023 ML 2024 vs 2023
Receita Líquida 26.565 25.678 (1%) 3%

A receita líquida consolidada em 2024 foi de R\$ 26,6 bilhões, resultado estável expurgando o efeito de variação cambial em comparação com 2023. O resultado é fruto da performance positiva, com destaque para os países da Europa e Ásia (VCEAA) e estabilidade do Brasil (VCBR).

1.2. Brasil (VCBR)

RS Milhão 2024 2023 2024 vs 2023 ML¹ 2024 vs 2023
Receita Líquida 12.885 12.828 - 0%
EBITDA Ajustado 2.628 2.525 - 4%

A receita líquida do VCBR ficou estável no ano de 2024 em comparação com o mesmo período de 2023, com maiores volumes compensados por menores preços.

O EBITDA ajustado totalizou R\$ 2,6 bilhões em 2024, avanço de 4% perante 2023, decorrente da melhoria nos custos variáveis, maiores volumes e avanços em novos negócios.

1.3. América do Norte (VCNA)

RS Milhão 2024 2023 2024 vs 2023 ML¹ 2024 vs 2023
Receita Líquida 8.185 7.801 (4%) 5%
EBITDA Ajustado 2.297 1.922 6% 20%

A receita líquida da VCNA alcançou R\$ 8,2 bilhões, uma redução de 4% em relação a 2023, excluindo a variação cambial, devido à desaceleração do mercado que mitigou maiores preços.

O resultado do EBITDA ajustado foi de R\$ 2,3 bilhões, versus o resultado de R\$ 1,9 bilhão do ano anterior. O incremento no resultado em moeda local foi devido a maiores preços, eficiência operacional e a venda de ativo não estratégico, resultando em uma importante recuperação de margens.

No último relatório publicado, a Associação de Cimento Portland (PCA) revisou a estimativa de arrefecimento de 1,4% para uma queda de 3,2% no consumo de cimento em 2024, devido ao aumento das taxas de juros e às condições restritivas de crédito, que estão impactando negativamente a construção residencial e comercial.

1.4. Europa, África e Ásia (VCEAA)¹

RS Milhão 2024 2023 2024 vs 2023 ML¹ 2024 vs 2023
Receita Líquida 3.883 3.264 10% 19%
EBITDA Ajustado 1.087 763 32% 42%

A receita líquida da VCEAA foi de R\$ 3,9 bilhões, um aumento de 10% no ano de 2024 em comparação a 2023 excluindo variação cambial, decorrente de melhores volumes e preços, tanto na Espanha quanto na Turquia.

O resultado do EBITDA ajustado da região foi de R\$ 1,1 bilhão, aumento de 32% em comparação ao resultado do ano em moeda local. O resultado operacional positivo foi decorrente da já mencionada dinâmica de mercado e menores custos variáveis, principalmente combustível e energia elétrica.

Atividade social e ambiental
A recuperação de créditos, que estão impactando negativamente a construção residencial e comercial. A PCA destaca os impactos positivos da atividade industrial de onshoring e dos investimentos em infraestrutura do governo norte-americano para o ano de 2025.

1.5. América Latina (VCLATAM)

RS Milhão 2024 2023 2024 vs 2023 ML¹ 2024 vs 2023
Receita Líquida 903 869 (2%) 4%
EBITDA Ajustado 158 164 (10%) (3%)

A receita líquida da VCLATAM caiu 2% no ano de 2024 em comparação ao mesmo período de 2023 em moeda local, decorrente de mercado desafiado no Uruguai e menores preços na Bolívia.

2. CUSTO DO PRODUTO VENDIDO, DESPESAS COM VENDAS E ADMINISTRATIVAS

Tabela com 4 colunas: 2024, 2023, 2024 vs 2023 e ML. Linhas incluem: EBITDA Ajustado, Depreciação, Equivalência patrimonial, Resultado financeiro líq., Imposto de renda e contribuição social, Outros, Lucro líquido das operações descontinuadas, Acordo celebrado com o CADE, Lucro líquido, Lucro líquido ajustado.

3. LUCRO LÍQUIDO

Tabela com 4 colunas: 2024, 2023, 2024 vs 2023 e ML. Linhas incluem: EBITDA Ajustado, Depreciação, Equivalência patrimonial, Resultado financeiro líq., Imposto de renda e contribuição social, Outros, Lucro líquido das operações descontinuadas, Acordo celebrado com o CADE, Lucro líquido, Lucro líquido ajustado.

O lucro líquido ajustado foi de R\$ 2,2 bilhões no 2024 contra R\$ 2,6 bilhões em 2023, 17% menor que em 2023. O resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R\$ 1,4 bilhão, aumento de 43% quando comparado a 2023.

4. FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO

Tabela com 4 colunas: 2024, 2023, 2024 vs 2023 e ML. Linhas incluem: EBITDA ajustado, Capital de giro/outros, Acordo celebrado com o CADE, Impostos, CAPEX, Fluxo de Caixa Operacional, Investimento/Desinvestimento, Resultado financeiro, Efeito de câmbio no caixa, Fluxo Caixa Líquido e acionista, Dividendos para acionista minoritário¹, Dividendos para acionista majoritário, Fluxo de Caixa Livre, Fluxo de Caixa Operacional (FCO) foi de R\$ 1,5 bilhão em 2024.

O resultado de capital de giro em 2024 foi negativo em R\$ 410 milhões, uma melhoria de 52% versus 2023. O resultado de 2024 é decorrente principalmente do impacto de custos variáveis na conta de fornecedor, principalmente de combustíveis em todas as regiões, além da variação de estoque advindo de maior volume estocado de combustíveis.

Em 2024, houve o pagamento de dividendos para a Votorantim S.A., acionista majoritário, totalizando o valor de R\$ 959 milhões.

Em relação ao fluxo de caixa livre (FCL) do período foi negativo em R\$ 146 milhões. Em uma base equalizada, o FCL seria positivo em R\$ 947 milhões, um avanço significativo perante 2023, mesmo em um ano com maiores investimentos e manutenção de pagamento de dividendos.

5. INVESTIMENTO

No fechamento de 2024, os investimentos (Capex) totalizaram R\$ 3,2 bilhões, 38% maiores que no ano de 2023. Esse aumento é explicado, principalmente, pela estratégia global de investimentos em modernização e competitividade, além de projetos atrelados aos nossos compromissos de descarbonização.

Em 2024, houve o pagamento de dividendos para a Votorantim S.A., acionista majoritário, totalizando o valor de R\$ 959 milhões.

Em relação ao fluxo de caixa livre (FCL) do período foi negativo em R\$ 146 milhões. Em uma base equalizada, o FCL seria positivo em R\$ 947 milhões, um avanço significativo perante 2023, mesmo em um ano com maiores investimentos e manutenção de pagamento de dividendos.

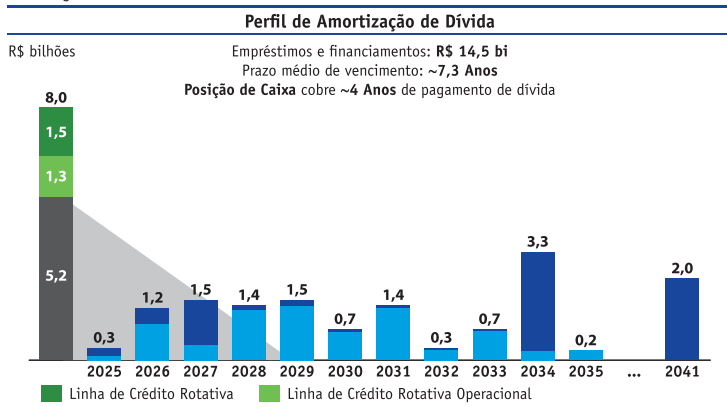
6. ENVIDUAMENTO E LIQUIDEZ

No final de 2024, a dívida bruta¹ totalizou R\$ 14,5 bilhões, 19% maior na comparação com o fechamento de 2023, principalmente explicada pela variação cambial. Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio da dívida era de aproximadamente 7,3 anos, sendo que 98% da dívida bruta encontrava-se no longo prazo (não circulante).

Em dezembro de 2024, a Companhia apresentou uma dívida líquida por EBITDA ajustado (alavancagem) de 1,66x, aumento de 0,29x comparada à alavancagem de 2023, considerando apenas as operações continuadas. O aumento da métrica reflete o mesmo período do ano anterior foi decorrente de variação cambial e do pagamento realizado ao CADE no final de 2024, parcialmente mitigado pela melhora do resultado operacional. Em uma base equalizada, a alavancagem de 2024 teria sido estável comparada à 2023, mesmo em um ano com maiores investimentos e manutenção de pagamento de dividendos.

Apesar do crescimento de investimentos, o montante de caixa e aplicações financeiras da Votorantim Cimentos manteve-se próximo do ano anterior. O total de caixa e aplicações financeiras da companhia em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 10,9 bilhões, o que representa um aumento de 16% em relação a dezembro de 2023.

No gráfico abaixo, o perfil de dívida findado em dezembro de 2024 e, em seguida, o gráfico de evolução da alavancagem.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tabela de demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024. Inclui seções: BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DEMONSTRAÇÃO DE SUPLEMENTAR. Linhas detalhadas incluem: Circulante, Ativos não circulantes, Passivo e Patrimônio Líquido, Operações continuadas, Receitas líquidas, Resultados operacionais, Lucro líquido, entre outros.

¹ ML: em moeda local; considera câmbio médio fixo de 2024 nos resultados de 2023; BRL | USD taxa de câmbio média: 5,00 (2023) e 5,39 (2024) | BRL | EUR taxa de câmbio média 5,40 (2023) e 5,83 (2024).





Jornal O DIA SP

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

Table with columns: Investidora, Objeto Valor, Instrumento, 2023 Ajuste avaliação, Nota, Até 1 ano, Entre 1 e 2 anos, Entre 2 e 5 anos, Entre 5 e 10 anos, A partir de 10 anos, Controladora Total

Risco alto: Clientes com alto risco de inadimplência no mercado e/ou histórico de atrasos recorrentes de pagamentos. Risco médio: Clientes com risco médio de inadimplência...

Table with columns: Nota, Até 1 ano, Entre 1 e 2 anos, Entre 2 e 5 anos, Entre 5 e 10 anos, A partir de 10 anos, Controladora Total

Table with columns: Fatores de risco, Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, Empréstimos, financiamentos e partes relacionadas, Impactos no resultado

Table with columns: Fatores de risco, Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, Empréstimos, financiamentos e partes relacionadas, Impactos no resultado

(I) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas de "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 8(b)), "Aplicações financeiras" (Nota 9(b)), "Partes relacionadas" (Nota 13(b)) e "Empréstimos e financiamentos" (Nota 19(b)), pois a análise realizada contemplou somente as moedas mais significativas.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA
(a) Ativos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração: A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócios que representa o objetivo para o qual eles foram adquiridos...

Table with columns: Nota, Custos amortizados, Valor justo por meio do resultado, Total

Table with columns: Nota, Custos amortizados, Valor justo por meio do resultado, Total

Table with columns: Nota, Custos amortizados, Valor justo por meio do resultado, Total

Table with columns: Nota, Custos amortizados, Valor justo por meio do resultado, Total

Table with columns: Nota, Custos amortizados, Valor justo por meio do resultado, Total

(i) O valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando por definição as características dos itens de caixa e equivalentes de caixa. (ii) O montante de "Instrumentos financeiros - ações" classificado como valor justo por meio do resultado na Controladora e Consolidado refere-se às participações da Companhia nas empresas Atlas Brasil (Nota 3.4) e Ventos de Santo Angelo. O montante do valor justo por meio do resultado abrange substancialmente à participação societária na Superplan Concrete S.A. (Nota 15(c)(i)).

Table with columns: Nota, Custos amortizados, Valor justo por meio do resultado, Total

Table with columns: Nota, Custos amortizados, Valor justo por meio do resultado, Total

Table with columns: Nota, Custos amortizados, Valor justo por meio do resultado, Total

Os demais instrumentos financeiros não incluídos acima, são avaliados ao custo amortizado, e a Companhia entende que o valor contábil se aproxima de seu valor justo. O valor justo desses instrumentos financeiros é determinado por preços observáveis (Nível 2) em transações não forçadas entre participantes do mercado ou em condições equivalentes a estas, no caso de transações entre partes relacionadas.







	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Doações e subsídios para investimentos	-	25.513	-	88.516
Incentivo fiscal	2.047	10.105	72.306	49.600
Impacto na tributação de empresas no exterior - diferencial de alíquota e outras	-	-	114.967	20.451
Reversão referente a não incidência de IR e CS sobre SELIC de inadimplidos	-	(62.026)	-	(63.155)
Adição de lucros no exterior IN 1.520/2014	(50.774)	(29.073)	(50.774)	(29.073)
Despesa de IRRF	-	-	4.442	(48.563)
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de tributo diferido	-	-	3.884	(38.022)
Ajuste fiscal pela reavaliação de ativos - Hiperinflação	-	-	75.133	292.714
Amortização fiscal de ativo sem constituição de diferido de anos anteriores	-	-	10.225	9.474
Despesa com imposto Estadual	-	-	79.179	363.074
Acordo celebrado com o CADE	-	-	(73.916)	(79.447)
Outras (ações) provisões permanentes, líquidas	1.367	622	(371.545)	(371.545)
<b>IRPJ e CSLL apurados</b>	<b>(137.077)</b>	<b>(281.039)</b>	<b>(545.081)</b>	<b>(301.039)</b>
Correntes	(16.453)	(68.258)	(274.838)	(335.386)
Diferidos	(121.644)	(212.781)	(270.243)	(34.647)
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>(137.077)</b>	<b>(281.039)</b>	<b>(545.081)</b>	<b>(301.039)</b>
Taxa efetiva - %	13,24	10,35	38,93	11,02

(f) Taxa efetiva - % (f) Em 2024, houve alterações na legislação do Imposto de Renda na Espanha, sendo as principais delas i. restrição de 70% para 25% do limite de compensação de prejuízo fiscal sobre a base tributável; ii. limitação da utilização de créditos decorrente de acordo intermunicipal em 50% do imposto devido. Tais mudanças de posicionamento geram uma aceleração do consumo de prejuízo fiscal, o que levou a Companhia a reconhecer imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal de R\$ 29.273 com o balanço de 2023. A expectativa de utilização dos créditos. Durante o período de 2024, a controlada St. Marys reavaliou seu estudo de lucro tributável projetado, o qual é efetuado anualmente e superou o reconhecimento de imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e créditos fiscais, e como resultado dessa reavaliação reconheceu o montante adicional de R\$ 49.206. Em 2024, houve reconhecimento de imposto de renda diferido ativo no montante R\$ 363.074 relacionado as controladas St. Marys e Votorantim Cement EAA Inversora S.A. (c) **Composição dos saldos patrimoniais de IRPJ e CSLL diferidos:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	268.171	343.518	1.016.794	1.179.126
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	-	-	243.839	176.921
Crédito fiscal de investimento (ITC) (i)	-	-	240.218	196.101
Ajuste a valor de mercado e hiperinflação	124.958	153.234	200.598	219.511
Provisões judiciais	92.319	-	92.918	-
Diferimento da variação cambial - efeito no resultado	24.794	16.911	78.183	57.713
Provisão para perdas de estoques	76.480	72.932	77.610	74.003
Provisão para encargos de energia	(6.622)	(80.561)	(243.206)	(282.132)
Provisão de participação no lucro líquido, gratificações e dissídio	36.476	28.453	75.153	37.389
Obrigação com descomissionamento de ativos	-	-	59.438	63.839
Uso de bem público	-	-	50.100	38.247
Instrumento mínimo de Ontário	-	-	31.477	-
Benefícios sociais	-	-	29.331	28.346
Imposto financeiro - Compromisso firme	-	-	25.303	34.844
Provisões de obrigações previdenciárias	15.766	18.232	19.050	18.572
Impairment de ativos	5.305	6.509	6.308	6.308
Perda de crédito esperada	-	-	14.853	12.786
Deduções - Legislação em Marrocos e Espanha (benefício do governo)	-	-	6.842	57.387
Diferimento de perdas em contratos de derivativos	36.237	26.781	150.218	103.700
Outros créditos	-	-	-	-
Débitos tributários sobre diferenças temporárias	-	-	-	-
Ajustes de vida útil do imobilizado (depreciação)	(762.244)	(756.271)	(2.542.353)	(2.207.059)
Amortização fiscal de ativo	(288.912)	(288.912)	(306.581)	(302.254)
Mais valia de ativos incorporados ao custo do imobilizado	(6.521)	(7.727)	(243.206)	(282.132)
Ajuste a valor justo - Empréstimos e financiamentos	(37.651)	(51.119)	(53.102)	(7.353)
Diferimento de ganhos em contratos de derivativos	(52.742)	-	(52.742)	-
Juros capitalizados	(31.076)	(26.221)	(48.127)	(45.888)
Respectação do risco hidrológico	-	-	(16.410)	(19.258)
Ajuste a valor presente	(3.846)	(3.990)	(12.924)	(8.453)
Diferimento da variação cambial - efeito no resultado	-	-	(36.733)	(38.347)
Outros débitos	-	-	(1.624)	(2.790)
Líquido	(436.979)	(320.190)	(764.844)	(479.166)
<b>Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica</b>	<b>(436.979)</b>	<b>(320.190)</b>	<b>(764.844)</b>	<b>(479.166)</b>

(g) **Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica** (436.979) (320.190) (1.611.210) (1.281.206)

(i) Os Créditos Fiscais de Investimento ("ITC") são incentivos fiscais do governo para estimular o investimento pelos contribuintes. Especificamente para a controlada St. Marys Cement Inc. (Canada), há incentivos fiscais federais e provinciais para pesquisa científica e desenvolvimento experimental ("SR&E"), os quais não são reembolsáveis e só podem ser deduzidos do lucro tributável. (d) **Modelo de Regras Pilar 2 ("Regras GLOBE")** A Companhia se enquadra no escopo das Regras GLOBE, conforme publicado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que visa implementar uma tributação mínima efetiva de 15%. Nas jurisdições em que a Companhia opera, as Regras GLOBE já foram incorporadas em legislação promulgada por Luxemburgo, Turquia, Canadá e Espanha, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, impactando também as subsidiárias da Companhia localizadas em outros países, como Estados Unidos, Uruguai, Bolívia, Tunísia e Marrocos, pela aplicação das Regras GLOBE. A inclusão de Rendimentos de atribuição das entidades investidoras. A Companhia elaborou estudo sobre o impacto decorrente das Regras GLOBE, e com base na avaliação realizada com os resultados do período anual findo em 31 de dezembro de 2024 das entidades da Companhia, nenhuma se sujeitou ao *top-up tax* devido à elegibilidade a um dos 3 *safe harbor* transiçoes previstos nas referidas regras. Em 27 de dezembro de 2024 foi aprovada a Lei nº 15.079 que instituiu o Adicional de Contribuição Social sobre o lucro Líquido incorporando na legislação brasileira o Tributo Complementar Mínimo Doméstico Qualificado (*Qualified Domestic Minimum Top-Up Tax* - "QDMTT"), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. (e) **Efeito dos impostos e contribuições diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(320.190)</b>	<b>(97.073)</b>	<b>(479.166)</b>	<b>(532.396)</b>
Efeito no resultado - operações continuadas	(121.644)	(212.781)	(270.243)	34.347
Efeito no resultado - operações descontinuadas	-	-	-	4.264
Efeito em outros componentes do resultado abrangente - risco de crédito de dividas avaliadas ao valor justo	25(d)	4.855	812	5.882
Efeito de variação cambial em outros componentes do resultado abrangente	-	-	(71.324)	27.233
Efeito em outros componentes do resultado abrangente - perdas atuárias e mensurações com benefícios de aposentados	-	-	36	7.079
Realização do prejuízo fiscal e base negativa - Portaria Conjunta PGN/FRB Nº 1/2023	25(d)	-	-	(14.592)
Reclassificação para mantidos para venda	-	(11.148)	-	37.305
Outros	-	-	-	12.666
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(436.979)</b>	<b>(320.190)</b>	<b>(764.844)</b>	<b>(479.166)</b>

(f) **Realização dos impostos e contribuições diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL** A recuperabilidade dos saldos de prejuízo fiscal e avaliada anualmente, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros da Companhia, sendo reconhecido o imposto diferido ativo somente para a parcela dos saldos de prejuízo fiscal de base negativa sobre os quais a Companhia possui projeções de utilização dentro de um prazo condizente com as projeções operacionais da Administração, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Até 12 meses	333.835	333.835	333.835	333.835
Após 12 meses	682.959	682.959	682.959	682.959
<b>Total</b>	<b>1.016.794</b>	<b>1.016.794</b>	<b>1.016.794</b>	<b>1.016.794</b>

(g) **Ativo fiscal diferido não reconhecido:** Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa e créditos fiscais de Investimento (ITC), considerando que não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios, está apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo fiscal não utilizados para os quais nenhum ativo fiscal diferido foi reconhecido	-	-	3.894.417	2.986.417
Potencial benefício fiscal - alíquota entre os países de 24,94% a 34,00%	-	-	981.050	748.943
Créditos de ITC para os quais nenhum ativo fiscal diferido foi reconhecido	-	-	235.143	262.743
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.110.610</b>	<b>3.998.103</b>

(h) **Base fiscal de prejuízos fiscais e de base negativa:** Os saldos de base fiscal dos prejuízos fiscais e de base negativa para os quais a Companhia reconhece imposto diferido estão distribuídos conforme abaixo:

Exercício	Consolidado			
	Brasil	América do Norte	Europa e Ásia	Total
2022	824.866	1.530.233	1.330.312	3.695.411
2023	1.061.489	1.916.160	1.360.174	4.337.823

(i) **Realização dos saldos de IRPJ e CSLL a recuperar:** Os saldos consolidados de longo prazo referem-se substancialmente a créditos de imposto sobre a renda pago no exterior, nos termos da Lei nº 12.737/2014, passível de dedução do imposto sobre a renda e contribuição social que foram devidos no Brasil sobre lucros auferidos pelas mesmas controladas nos anos-calendário subsequentes, observados os limites legais. A expectativa atual da Companhia é compensar integralmente o saldo de imposto sobre a renda pago no exterior, registrado em 31 de dezembro de 2024, até o ano de 2029.

**22. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

(a) **Práticas contábeis:** (i) **Provisões de ações judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental:** A Companhia é parte em processos em andamento de natureza tributária e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, quando aplicável, são apresentados a seguir:

(ii) **Provisões de ações judiciais de natureza trabalhista e ambiental:** As provisões para as perdas decorrentes de passivos contenciosos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) seja provável a necessidade uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas não são prováveis, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões cíveis, tributárias e ambientais são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, sendo essas variações reconhecidas no resultado do exercício. As provisões não são reconhecidas em relação às perdas operacionais futuras. A provisão trabalhista é realizada inicialmente com base no valor histórico atualizado de liquidação dos processos, sendo a média determinada separadamente por negócio e por: (i) processos próprios e (ii) processos de terceiros em que a Companhia tem responsabilidade solidária e / ou subsidiária. Para processos de funcionários próprios com perda provável acima de R\$ 1.000, as provisões são mensuradas baseadas em uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), por meio de uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrem na fase de execução judicial são avaliados com base no valor atualizado para o valor presente dos gastos

## VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

	Valor presente das obrigações	Valor justo das obrigações	Total	Impacto do requerimento mínimo dos fundos/limite	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>845.052</b>	<b>(731.603)</b>	<b>117.459</b>	<b>31.211</b>	<b>148.671</b>
Custo do serviço financeiro	11.508	-	11.508	-	11.508
Despesa (receita) corrente	43.093	(35.923)	7.170	3.135	10.305
Custo do serviço passado e reduções nos benefícios	809	-	809	-	809
<b>Restituições</b>	<b>55.410</b>	<b>(35.923)</b>	<b>19.487</b>	<b>3.135</b>	<b>22.622</b>

	2024	2023
Retorno dos ativos, excluindo a quantidade incluída como receita financeira	(24.024)	(24.024)
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	32.300	32.300
Perdas decorrentes da experiência	25.411	25.411
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantidade incluída como receita financeira	2.579	(5.014)
<b>60.290</b>	<b>(26.603)</b>	<b>33.687</b>
Variáveis cambiais	(43.704)	34.081
Contribuições do empregador	-	12.650
Pagamento dos planos - benefícios	(73.707)	53.697
<b>847.351</b>	<b>(693.701)</b>	<b>153.650</b>

	2024	2023
Ativos	143.822	143.822
Ativos globais	71.529	58.105
Ativos emergentes	17.827	25.151
Ativos financeiros	33.194	48.333
Títulos públicos	503.750	441.338
Bônus	3.418	3.418
Outros	773.761	693.701

	Brasil	Europa e Ásia	América do Norte	América Latina
Taxa de desconto	10,70%	17,70%	8,4%	8,4%
Taxa da inflação	3,50%	24,90%	2,00%	5,49%
Retorno esperado sobre os ativos do plano	3,55%	24,90%	2,50%	3,41%
Aumentos salariais futuros	-	-	-	-

	Brasil	Europa e Ásia	América do Norte	América Latina
Taxa de desconto	9,82%	10,20%	4,93%	7,71%
Taxa da inflação	4,00%	6,89%	2,00%	5,11%
Retorno esperado sobre os ativos do plano	4,03%	9,64%	2,50%	3,71%
Aumentos salariais futuros	-	-	-	-

As análises de sensibilidade acima se baseiam em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas foi aplicado o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço), como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial. Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o exercício anterior.

### 25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Práticas contábeis:** (i) **Capital social:** É representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido. (ii) **Distribuição de dividendos:** É reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima dos dividendos mínimos obrigatórios, calculado e representado por 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, a administração da Companhia pode propor, por deliberação do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários destinados a partir de reservas de lucros existentes nas últimas demonstrações financeiras anuais ou balanços patrimoniais intermediários. Quando aprovados pelo Conselho de Administração, os dividendos intermediários são registrados como redução a reserva de retenção de lucros no patrimônio líquido. (iii) **Lucro líquido por ação:** O lucro por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuído aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para o exercício. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. Para fins de cálculo do lucro por ação, a Companhia considera tanto as ações ordinárias quanto as ações preferenciais, uma vez que ambas possuem os mesmos direitos com relação a dividendos e distribuição de lucros. A Companhia não possui instrumentos ou acordos que possam ter o efeito diluente no cálculo do lucro por ação. (iv) **Reserva legal e de retenção de lucros:** A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia. (v) **Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia recebe, no Brasil, incentivos oriundos de programas estaduais e federais de desenvolvimento industrial, conforme exposto abaixo. Os incentivos fiscais estão relacionados principalmente às ICMs. A Companhia possui incentivos fiscais e o ICMS relativos a programas estaduais de desenvolvimento industrial que consistem no financiamento, diferimento do pagamento ou crédito presumido. O objetivo desses programas estaduais é promover, em longo prazo, o desenvolvimento das atividades industriais, a geração de empregos e fomentar o desenvolvimento econômico e social dos estados. Os prazos e termos dos incentivos estão estabelecidos em cada programa, com vencimentos até 2032. Esses incentivos são registrados no balanço patrimonial como ativos. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro das operações em determinadas regiões: A Companhia tem o benefício de redução parcial do imposto de renda devido, relacionado a algumas operações regionais como cimento, argamassa e clínquer. O incentivo fiscal é mensurado com base no lucro operacional tributável apurado de acordo com as regras de incentivo fiscal (identificado como "lucro da exploração") dos projetos específicos que são beneficiados pelo incentivo durante um período determinado estabelecido pelo fisco. Os incentivos fiscais da Companhia expiram em períodos diferentes entre 2025 e 2029. De acordo com as regras do benefício, um montante igual ao benefício fiscal (a redução de imposto de renda) deve ser alocado a uma conta de reserva ("Reserva de incentivos fiscais") dentro do patrimônio líquido da pessoa jurídica que tem o benefício e o saldo dessa reserva não pode ser distribuído aos acionistas. A receita auferida com subsídios do governo na Companhia é alocada da seguinte forma para a reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório. (vi) **Ajuste de avaliação patrimonial:** Incluem: • **Perdas (ganhos) decorrentes de mudanças das demonstrações financeiras de operações de negócios:** A Companhia reconhece as diferenças de conversão com as diferenças de conversão com as demonstrações financeiras de operações de negócios. Parcela efetiva com diferenças de hedge de investimentos líquidos da Companhia em uma operação no exterior; • **Perdas (ganhos) atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria;** e • **Outros componentes do resultado abrangente das investidas.** (b) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 7.708.353 composto por 9.225.042.782 ações ordinárias e 300.571.428 ações preferenciais. (c) **Pagamento de dividendos:** Em 28 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 488.307, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os quais foram pagos aos acionistas no dia 29 de fevereiro de 2024. Em 16 de agosto de 2024, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos intermediários aos acionistas, sendo R\$ 69.053 do saldo remanescente dos dividendos mínimos obrigatórios de 2023 e R\$ 401.537 a conta da reserva de retenção de lucros, totalizando o montante de R\$ 470.590, os quais foram aprovados pelo Conselho da Administração no dia 14 de agosto de 2024.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	898.159	2.433.700
Reserva legal - 5%	(44.908)	(121.685)
Reserva para incentivos fiscais	853.242	2.229.441
Base de cálculo dos dividendos	213.311	557.360
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	9.525.614	9.525.614
Quantidade total de ações, em milhares	22.239	22.239
Dividendos por lote de ações, em reais	429,81	429,81

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Variação cambial de operações localizadas no exterior	4.718.774	(2.496.397)
Hedge dos investimentos líquidos	(1.689.352)	-
Ganhos atuariais e mensurações de aposentadoria	(17.572)	-
Transações com acionistas controladores	1.513.187	9.350
Outros componentes	9.350	3.727.342
<b>Total</b>	<b>3.522.837</b>	<b>(1.689.352)</b>

	2024	2023
Brasil		

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2024 E 2023

BALANÇO PATRIMONIAL		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	5.678.837	2.658.736	556.890	150.002	3.112.2024	3.112/2023
Circulante	5.678.837	2.658.736	176.408	45.001	2.147.073	73.563
Disponibilidades	5.608.978	2.224.808	380.482	105.001	3.822.879	1.830.060
Bancos conta movimento	5.608.978	1.387.088	-	-	-	-
Aplicação financeira de liquidez imediata	-	837.802	-	-	-	-
Créditos de curto prazo	69.859	433.846	-	-	-	-
Rendas a receber de clientes	68.398	433.846	-	-	-	-
Outras contas a receber	1.261	2.250	-	-	-	-
Intangível	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de softwares	4.887.818	4.234.954	-	-	-	-
Total do ativo	10.566.455	6.893.690	-	-	-	-
Passivo	3.112/2024	3.112/2023	-	-	-	-
Circulante	3.112/2024	3.112/2023	-	-	-	-
Passivo circulante de curto prazo	5.722.598	2.263.906	-	-	-	-
Valores recebidos de terceiros para pagamentos	5.658.978	2.250.406	-	-	-	-
Obrigações tributárias	63.620	13.500	-	-	-	-
Passivo exigível a longo prazo	2.670.120	4.206.120	-	-	-	-
Mútuo com sócios	2.670.120	4.206.120	-	-	-	-
Patrimônio líquido	2.173.737	423.664	-	-	-	-
Capital social	2.300.000	764.000	-	-	-	-
Lucros (Prejuízos) acumulados	(126.263)	(340.336)	-	-	-	-
Total do passivo	10.566.455	6.893.690	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS

Contexto operacional: A OZ Pay Instituição de Pagamento Ltda., constituída em 28/09/2020, com prazo de duração indeterminado. Até 28/03/2024 operava com um razão social de Xavi Pay Instituição de Pagamento Ltda. A sociedade tem por objeto social a prática de oferecer tecnologia e soluções para pagamentos e recebimentos, processamentos de pagamentos, gestão de contas de pagamentos e vem operando regularmente no mercado de pagamentos. Em 28/12/2024 o Banco Central do Brasil adotou o pedido da Instituição de participar do Pix indireto, e provisor de conta transacional, neste momento estamos na etapa homologatória por parte desta Autarquia. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração, assim como, pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil aplicáveis às instituições do mesmo segmento de negócio e pelos controles internos de que a empresa se utiliza para assegurar a confiabilidade de suas informações. Foram elaboradas a partir das práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas vigentes, consubstanciadas ao Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), quando aplicável. Resumo das principais práticas contábeis: a) Apreciação de resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. b) Estimativas contábeis: Na preparação das demonstrações foram utilizadas estimativas contábeis que se basearam em fatores objetivos e subjetivos e levaram em consideração o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido à subjetividade inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas todos os anos. c) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço. d) Intangível: São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de desenvolvimento ou aquisição. e) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: São demonstrados pelos valores contidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. f) Provisão para imposto de renda e contribuição social: Os encargos do imposto de renda e contribuição social são calculados sob o regime de lucro presumido. g) Contingências: A Instituição não tem conhecimento de nenhuma contingência até a presente data. h) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeiras, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social é de R\$ 2.300.000 (R\$ 764.000 em 2023) está representado por 2.300.000 (764.000 em 2023) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 para cada quota domiciliada no país. Durante o ano de 2024 foi integralizado o valor de R\$ 1.536.000 (hum milhão, quinhentos e trinta e seis mil reais), através de mútuos de sócio. b) Reservas de lucros: Do lucro líquido apurado no balanço de fechamento do exercício, serão destinados 5% para a constituição do Fundo de Reserva Legal até que este alcance 20% do capital social; 50% para dividendos aos acionistas; e, o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, observado disposições legais atinentes à matéria. Transações com partes relacionadas: Remuneração do pessoal-chave da administração: No exercício em 31/12/2024 não houve pagamento de remuneração do pessoal-chave da administração. A Instituição utilizou de empréstimo de mútuo com seus sócios para custear o desenvolvimento de diversos softwares de sua propriedade. Gerenciamento da estrutura de capital: A Instituição adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de forma temporária, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes. Gerenciamento de riscos: Gestão de risco operacional: Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional. Eventos subsequentes relevantes entre a data de encerramento do exercício findo em 31/12/2024 e a data de encerramento destas demonstrações.

DIRETORIA

Rodrigo Xavier Soares Sebastião José Ribeiro  
Diretor CRC - IPR019813/O-2 SP

RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores - Diretores e Quotistas da OZ Pay Instituição de Pagamento Ltda. São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da OZ Pay Instituição de Pagamento Ltda., que corresponde ao balanço patrimonial encerrado em 31/12/2024, e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o ano encerrado nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima citadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OZ Pay Instituição de Pagamento Ltda. em 31/12/2024, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para os anos encerrados estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação

XAVI PAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2021 E 2020

BALANÇO PATRIMONIAL		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	20.000	10.000	87.332	-	10.000	-
Circulante	20.000	10.000	11.641	-	60.000	-
Disponibilidades	20.000	10.000	75.691	-	50.000	-
Bancos conta movimento	-	-	(15.691)	-	-	-
Créditos de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Intangível	753.545	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de softwares	753.545	-	-	-	-	-
Total do ativo	773.545	10.000	-	-	-	-
Passivo	3.112/2021	3.112/2020	-	-	-	-
Circulante	3.112/2021	3.112/2020	-	-	-	-
Passivo circulante de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	-	-	-	-	-	-
Passivo exigível a longo prazo	-	-	-	-	-	-
Mútuo com sócios	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	753.545	10.000	-	-	-	-
Capital social	10.000	10.000	-	-	-	-
Lucros (Prejuízos) acumulados	10.000	-	-	-	-	-
Total do passivo	773.545	10.000	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS

Contexto operacional: A Xavi Pay Instituição de Pagamento Ltda., constituída em 28/09/2020, com prazo de duração indeterminado. A sociedade tem por objeto social a prática de oferecer tecnologia e soluções para pagamentos e recebimentos, processamentos de pagamentos, gestão de contas de pagamentos e vem operando regularmente no mercado de pagamentos. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração, assim como, pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil aplicáveis às instituições do mesmo segmento de negócio e pelos controles internos de que a empresa se utiliza para assegurar a confiabilidade de suas informações. Foram elaboradas a partir das práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas vigentes, consubstanciadas ao Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), quando aplicável. Resumo das principais práticas contábeis: a) Apreciação de resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. b) Estimativas contábeis: Na preparação das demonstrações foram utilizadas estimativas contábeis que se basearam em fatores objetivos e subjetivos e levaram em consideração o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido à subjetividade inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas todos os anos. c) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço. d) Intangível: São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de desenvolvimento ou aquisição. e) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: São demonstrados pelos valores contidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. f) Provisão para imposto de renda e contribuição social: Os encargos do imposto de renda e contribuição social são calculados sob o regime de lucro presumido. g) Contingências: A Instituição não tem conhecimento de nenhuma contingência até a presente data. h) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeiras, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social é de R\$ 10.000 (R\$ 10.000 em 2020), está representado por 10.000 (10.000 em 2020) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 para cada quota domiciliada no país. b) Reservas de lucros: Do lucro líquido apurado no balanço de fechamento do exercício, serão destinados 5% para a constituição do Fundo de Reserva Legal até que este alcance 20% do capital social; 50% para dividendos aos acionistas; e, o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, observado disposições legais atinentes à matéria. Transações com partes relacionadas: Remuneração do pessoal-chave da administração: No exercício em 31/12/2021 não houve pagamento de remuneração do pessoal-chave da administração. A Instituição utilizou de empréstimo de mútuo com seus sócios para custear o desenvolvimento de diversos softwares de sua propriedade. Gerenciamento da estrutura de capital: A Instituição adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de forma temporária, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes. Gerenciamento de riscos: Gestão de risco operacional: Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional. Eventos subsequentes relevantes entre a data de encerramento do exercício findo em 31/12/2021 e a data de encerramento destas demonstrações.

DIRETORIA

Rodrigo Xavier Soares Sebastião José Ribeiro  
Diretor CRC - IPR019813/O-2 SP

RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores - Diretores e Quotistas da Xavi Pay Instituição de Pagamento Ltda. São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Xavi Pay Instituição de Pagamento Ltda., que corresponde ao balanço patrimonial encerrado em 31/12/2021, e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o ano encerrado nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima citadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Xavi Pay Instituição de Pagamento Ltda. em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para os anos encerrados estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a "empresa", de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações

contábeis e o relatório do auditor: A administração da "Empresa" é responsável pelo Relatório da Administração, que não está abrangido por nossa opinião sobre as demonstrações contábeis. Não emitimos qualquer conclusão de auditoria sobre esse relatório. Durante a auditoria, cabe a nós avaliarmos se o Relatório da Administração apresenta inconsistências relevantes com as demonstrações contábeis ou com o conhecimento adquirido na auditoria, ou se apresenta conter distorções significativas. Caso identifiquemos distorções relevantes, somos obrigados a comunicá-las. No entanto, não temos nada a relatar neste caso. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração da "Empresa" é responsável por elaborar e apresentar adequadamente as demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, além de implementar controles internos necessários para garantir informações contábeis sem distorções relevantes, sejam por fraude ou erro. Também é sua responsabilidade avaliar a capacidade de continuidade operacional da empresa, divulgando, quando aplicável, questões relacionadas à essa continuidade e utilizando tal base contábil, a menos que planeje liquidar a empresa, encerrar suas operações ou não disponha de alternativas viáveis para evitar esse encerramento. Já os responsáveis pela governança da empresa supervisionam o processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes, sejam causadas por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com nossa opinião. Segurança razoável não é garantia de que eventuais distorções serão sempre detectadas, já que estas podem influenciar as decisões econômicas dos usuários. Durante a auditoria, exercemos julgamento e ceticismo profissionais, identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes e planejamos procedimentos apropriados para respondê-los. Fraudes apresentam maior risco de não detecção por envolverem manipulação de controles internos ou falsificações intencionais. Análises os controles internos relevantes para definir estratégias de auditoria, mas sem opinar sobre sua eficácia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis, estimativas e divulgações feitas pela administração. Também concluímos sobre o uso da base de continuidade operacional, destacando incertezas relevantes quando identificadas. Por fim, revisamos a apresentação geral das demonstrações, garantindo que representem adequadamente as transações e eventos. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança sobre o planejamento, as descobertas significativas e eventuais deficiências nos controles internos. São Paulo, 03/20/2025. LLM Auditores Independentes Lucas Lima de Moura Contador CRC - ISP273558

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2023 E 2022

BALANÇO PATRIMONIAL		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	2.658.736	150.002	150.002	-	131.2023	31/12/2022
Circulante	2.658.736	150.002	176.408	45.001	73.563	(423.899)
Disponibilidades	2.224.808	145	380.482	105.001	380.060	-
Bancos conta movimento	1.387.088	145	-	-	-	-
Aplicação financeira de liquidez imediata	837.802	-	-	-	-	-
Créditos de curto prazo	433.846	-	-	-	-	-
Rendas a receber de clientes	431.526	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	2.250	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de softwares	4.234.954	2.749.743	-	-	-	-
Total do ativo	6.893.690	2.749.743	-	-	-	-
Passivo	3.112/2023	3.112/2022	-	-	-	-
Circulante	2.263.906	-	-	-	-	-
Passivo circulante de curto prazo	2.263.906	-	-	-	-	-
Valores recebidos de terceiros para pagamentos	2.250.406	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	13.500	-	-	-	-	-
Passivo exigível a longo prazo	4.206.120	3.153.787	-	-	-	-
Mútuo com sócios	4.206.120	3.153.787	-	-	-	-
Patrimônio líquido	423.664	(403.899)	-	-	-	-
Capital social	764.000	10.000	-	-	-	-
Lucros (Prejuízos) acumulados	(340.336)	(413.899)	-	-	-	-
Total do passivo	6.893.690	2.749.888	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS

Contexto operacional: A Xavi Pay Instituição de Pagamento Ltda., constituída em 28/09/2020, com prazo de duração indeterminado. A sociedade tem por objeto social a prática de oferecer tecnologia e soluções para pagamentos e recebimentos, processamentos de pagamentos, gestão de contas de pagamentos e vem operando regularmente no mercado de pagamentos. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração, assim como, pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil aplicáveis às instituições do mesmo segmento de negócio e pelos controles internos de que a empresa se utiliza para assegurar a confiabilidade de suas informações. Foram elaboradas a partir das práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas vigentes, consubstanciadas ao Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), quando aplicável. Resumo das principais práticas contábeis: a) Apreciação de resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. b) Estimativas contábeis: Na preparação das demonstrações foram utilizadas estimativas contábeis que se basearam em fatores objetivos e subjetivos e levaram em consideração o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido à subjetividade inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas todos os anos. c) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço. d) Intangível: São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de desenvolvimento ou aquisição. e) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: São demonstrados pelos valores contidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. f) Provisão para imposto de renda e contribuição social: Os encargos do imposto de renda e contribuição social são calculados sob o regime de lucro presumido. g) Contingências: A Instituição não tem conhecimento de nenhuma contingência até a presente data. h) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeiras, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social é de R\$ 764.000 (R\$ 10.000 em 2022) está representado por 764.000 (10.000 em 2022) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 para cada quota domiciliada no país. Durante o ano de 2023 foi integralizado o valor de R\$ 754.000 (setecentos e cinquenta e quatro mil reais), através de mútuo de sócio. b) Reservas de lucros: Do lucro líquido apurado no balanço de fechamento do exercício, serão destinados 5% para a constituição do Fundo de Reserva Legal até que este alcance 20% do capital social; 50% para dividendos aos acionistas; e, o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, observado as disposições legais atinentes à matéria. Transações com partes relacionadas: Remuneração do pessoal-chave da administração: No exercício em 31/12/2023 não houve pagamento de remuneração do pessoal-chave da administração. A Instituição utilizou de empréstimo de mútuo com seus sócios para custear o desenvolvimento de diversos softwares de sua propriedade. Gerenciamento da estrutura de capital: A Instituição adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de forma temporária, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes. Gerenciamento de riscos: Gestão de risco operacional: Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional. Eventos subsequentes: Não ocorreram eventos subsequentes relevantes entre a data de encerramento do exercício findo em 31/12/2023 e a data de encerramento destas demonstrações.

DIRETORIA

Rodrigo Xavier Soares Sebastião José Ribeiro  
Diretor CRC - IPR019813/O-2 SP

RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores - Diretores e Quotistas da Xavi Pay Instituição de Pagamento Ltda. São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Xavi Pay Instituição de Pagamento Ltda., que corresponde ao balanço patrimonial encerrado em 31/12/2023, e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o ano encerrado nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima citadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Xavi Pay Instituição de Pagamento Ltda. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para os anos encerrados estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em

XAVI PAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2022 E 2021

BALANÇO PATRIMONIAL		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	145	20.000	87.332	-	10.000	-
Circulante	145	20.000	11.641	-	60.000	-
Disponibilidades	145	20.000	75.691	-	50.000	-
Bancos conta movimento	-	-	(15.691)	-	-	-
Créditos de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Intangível	753.545	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de softwares	2.749.743	753.545	-	-	-	-
Total do ativo	2.749.888	773.545	-	-	-	-
Passivo	3.112/2022	3.112/2021	-	-	-	-
Circulante	3.112/2022	3.112/2021	-	-	-	-
Passivo circulante de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	-	-	-	-	-	-
Passivo exigível a longo prazo	3.153.787	753.545	-	-	-	-
Mútuo com sócios	3.153.787	753.545	-	-	-	-
Patrimônio líquido	(403.899)	10.000	-	-	-	-
Capital social	10.000	10.000	-	-	-	-
Lucros (Prejuízos) acumulados	(413.899)	10.000	-	-	-	-
Total do passivo	2.749.888	773.545	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS

Contexto operacional: A Xavi Pay Instituição de Pagamento Ltda., constituída em 28/09/2020, com prazo de duração indeterminado. A sociedade tem por objeto social a prática de oferecer tecnologia e soluções para pagamentos e recebimentos, processamentos de pagamentos, gestão de contas de pagamentos e vem operando regularmente no mercado de pagamentos. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração, assim como, pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil aplicáveis às instituições do mesmo segmento de negócio e pelos controles internos de que a empresa se utiliza para assegurar a confiabilidade de suas informações. Foram elaboradas a partir das práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas vigentes, consubstanciadas ao Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), quando aplicável. Resumo das principais práticas contábeis: a) Apreciação de resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. b) Estimativas contábeis: Na preparação das demonstrações foram utilizadas estimativas contábeis que se basearam em fatores objetivos e subjetivos e levaram em consideração o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido à subjetividade inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas todos os anos. c) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço. d) Intangível: São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de desenvolvimento ou aquisição. e) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: São demonstrados pelos valores contidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. f) Provisão para imposto de renda e contribuição social: Os encargos do imposto de renda e contribuição social são calculados sob o regime de lucro presumido. g) Contingências: A Instituição não tem conhecimento de nenhuma contingência até a presente data. h) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeiras, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social é de R\$ 10.000 (R\$ 10.000 em 2021) está representado por 10.000 (10.000 em 2021) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 para cada quota domiciliada no país. b) Reservas de lucros: Do lucro líquido apurado no balanço de fechamento do exercício, serão destinados 5% para a constituição do Fundo de Reserva Legal até que este alcance 20% do capital social; 50% para dividendos aos acionistas; e, o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, observado as disposições legais atinentes à matéria. Transações com partes relacionadas: Remuneração do pessoal-chave da administração: No exercício em 31/12/2022 não houve pagamento de remuneração do

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

CNPJ nº 20.815.862/0001-80

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.s. os Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2024 e 31/12/2023, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, as quais se acham acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 18 de março de 2025

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)
Ativo Circulante: Caixa e equivalentes de caixa, Ativo financeiro de concessão, Contas a receber, Adiantamentos a fornecedores, Outros créditos, Não circulante, Impostos diferidos, Contas a receber, Ativo financeiro de concessão, Ativo Imobilizado, Ativo Intangível, Ativo financeiro em formação.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)
Capital Social, Reserva de Lucros, Em 31 de dezembro de 2022, Reversão de dividendos, Lucro líquido do período, Constituição da reserva legal, Dividendos mínimos obrigatórios, Em 31 de dezembro de 2023, Reversão de dividendos, Lucro líquido do período, Constituição da reserva legal, Dividendos mínimos obrigatórios, Distribuição de dividendos, Em 31 de dezembro de 2024.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)
1. Contexto operacional: A Inova Saúde São Paulo SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de São Paulo - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação dos Hospitais Estaduais de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu a iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa. O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17 de outubro de 2014 - Poder Executivo - Seção 1 - página 50. O objeto do Contrato a Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido: (I) Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato; (II) Construção e implantação do Complexo Hospitalar; (III) Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato; (IV) Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato; (V) Prestação dos serviços "Bata Cinza"; (VI) Operação, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato. O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da assinatura do Termo de Transferência Inicial pelas Partes. As assinaturas ocorreram em 01 de setembro de 2015 (Hospital Estadual de São José dos Campos) e 31 de março de 2018 (Hospital Celso Ramos de São Paulo e Hospital de Mulher), ambos prorrogáveis pelo mesmo período, mediante justificativa apresentada pelo Poder concedente. 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação: As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 17 de fevereiro de 2025. Em conformidade com a Orientação "OICP 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábeis Financeiros - Provisão Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, atendendo às normas contábeis brasileiras em vigor. 2.2. Principais práticas contábeis adotadas: 3.1. Pronunciamentos novos aplicados pela primeira vez em 2024: a) Alterações na norma IFRS 16/PC 06 (R2) - Acreditação exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/PC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024; b) Alterações na norma IFRS 12/PC 26 - esclarece a aplicação de uma norma contábil a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024; c) Alterações na norma IAS 1/PC 26 - esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por um mínimo de 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024; d) Alterações na IAS 7/PC 03 (R2) e IFRS 7/PC 40 (R1) - esclarece a natureza de divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024; e) Companhia concluiu que as alterações às normas não tiveram impacto significativo em suas demonstrações contábeis. 3.2. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa e aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimentos até três anos, indexadas ao CDI e baixo risco de crédito, por serem emitidos ou geridos por bancos de primeira linha, são mantidas em instituições financeiras de boa reputação e prazo. As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB's, compromissadas com Lastro de Terceiros e Fundos de Investimentos com compromisso de recompra pelos bancos emissões com rentabilidade que variam entre 89% a 107% do CDI. 3.3. Ativo financeiro de concessão: ICP 01 (R1) IFRIC 12: A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretativa Técnica ICP 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. As concessões estão dentro do alcance da ICP 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. Os ativos de concessão são imobilizados no ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle de uso da infraestrutura de serviços públicos. É previsto apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber o valor em ou outro ativo financeiro da autoridade concedente. 3.4. Contas a receber: O Contas a receber está constituído pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza" e pelos valores de reequilíbrio financeiro (vide nota explicativa nº 7) junto à Secretaria do Estado de Saúde. A recomposição do equilíbrio contratual está assegurada no contrato de concessão. Atendendo às regras do CPC 25 - Fatores de Risco, a Companhia e seus Controladores, o reequilíbrio financeiro é reconhecido nas demonstrações contábeis da Companhia quando a entrada dos benefícios econômicos é praticamente certa. As contraprestações variáveis estão em sua totalidade relacionadas a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Companhia possui um sistema de acompanhamento sistemático das variáveis e avaliadas pelo risco de concessão, com controle através de verificador independente. Até o momento, a Companhia não recebeu nenhuma notificação de desaprovação pelo poder Concedente. 3.5. Impostos e Contribuições: Os impostos e contribuições a compensar são constituídos por retenções na fonte de imposto de renda, créditos de pagamento a maior, antecipações e saldos negativos de IRPJ e CSLL. 3.6. Adiantamento: Os adiantamentos estão demonstrados no custo e correspondem aos valores pagos ao fornecedor, para execução de serviços que irão compor o custo dos serviços a serem prestados ao cliente. 3.7. Fornecedor: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal do negócio, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período do relatório. Caso contrário, o pagamento a pagar é apresentado como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. 3.8. Provisões: As provisões são reconhecidas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente de gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. São registrados na conta de provisão de manutenção os gastos necessários para recuperar a infraestrutura a um nível específico de operacionalidade em caso de devolução à Poder Concedente. A contabilização é realizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão e atualizados com base no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor. 3.9. Empréstimos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estão em abate, utilizando o método da taxa efetiva de juros. 3.10. Contratos de arrendamentos: Os bens relacionados aos contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo financeiro em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com o prazo do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. 3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferidos. Os encargos de imposto de renda e de contribuição social corrente e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto

13. Arrendamento mercantil: Os saldos das contas correntes passivas representam operações com arrendamento mercantil.
31/12/2024 31/12/2023
Contas-correntes passivas: Sub-locação de imóvel, Passivo circulante, Passivo não circulante, A Companhia possui contrato de sublocação e compartilhamento de despesas do escritório administrativo. O contrato foi reconhecido como direito de uso no Ativo Intangível de acordo com as regras do CPC 05 - Arrendamento mercantil. 14. Impostos diferidos registrados no ativo, passivo e demonstração do resultado: 14.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo: Descrição, 31/12/2024, 31/12/2023

Prejuízo fiscal de exercícios anteriores, Prejuízo fiscal do exercício - IRPJ, Base ajustada - IRPJ, Imposto de renda diferido, Prejuízo fiscal de exercícios anteriores, Prejuízo fiscal do exercício - CSLL, Base ajustada - CSLL, Contribuição social diferido, Bases temporárias, Base de cálculo temporária exercícios anteriores, Movimentação da base de diferido, líquidos, Base ajustada, Imposto de renda diferido, Contribuição social diferido, Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no ativo, O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social acumuladas e diferenças temporárias são reconhecidas contabilmente levando em consideração a análise de lucros tributários futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas, externas e em atuais cenários macroeconômicos aprovados pela Administração da Companhia. 14.2. Impostos diferidos registrados no passivo: Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de R\$ 160.752 (148.915 em 31 de dezembro de 2023), representam os valores de impostos diferidos da receita total da construção e variações monetárias sobre ativo financeiro e recebimentos futuros de reequilíbrio financeiro. Com base na IN 1700 de 2017 RFB, os valores de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL devem ser recolhidos à medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

Imposto de Renda da pessoa jurídica ("IRPJ"), Ativo financeiro de concessão, Variação monetária do ativo financeiro, Reequilíbrio financeiro, Contribuição Social sobre o lucro líquido ("CSLL"), Ativo financeiro de concessão, Variação monetária do ativo financeiro, Reequilíbrio financeiro, Programa de Integração Social ("PIS"), Ativo financeiro de concessão, Variação monetária do ativo financeiro, Reequilíbrio financeiro, Seguridade Social ("COFINS"), Ativo financeiro de concessão, Variação monetária do ativo financeiro, Reequilíbrio financeiro, Total dos impostos diferidos passivos, 160.752 148.915

20. Despesas gerais e administrativas: Despesas com pessoal, Despesas com terceiros, Despesas gerais, Impostos e taxas, Depreciações e amortizações, Outras despesas/receitas administrativas, 20.545 17.025

21. Receitas financeiras: Variações monetárias sobre ativo financeiro, Variações monetárias sobre reequilíbrio financeiro, Variações sobre aplicações financeiras, Multa e juros sobre reequilíbrio financeiro, Outras receitas financeiras, Impostos sobre receitas financeiras, 72.057 76.820

22. Despesas financeiras: Juros sobre empréstimos, Variações monetárias sobre reinvestimento, Comissões bancárias, Custos nas transações com empréstimos, Despesas com SWAP, Juros de mora, IOF sobre operações financeiras, Juros sobre leasing, Juros sobre arrendamento, Outras despesas financeiras, 35.633 41.016

23. Informações complementares de EBITDA: A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme o ICP 01 - Contratos de concessão. Um ativo financeiro é constituído quando há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro. As parcelas fixas referentes à remuneração do ativo financeiro não transitam pela Demonstração do Resultado do Período, desta forma a Administração da Companhia optou em demonstrar o EBITDA ajustado considerando o recebimento da parcela fixa do Ativo financeiro de concessão conforme abaixo: 31/12/2024 31/12/2023

Lucro operacional antes do Imposto de Renda e resultado financeiro, Depreciações/amortizações, EBITDA, Parcela fixa - Ativo financeiro, EBITDA ajustado, 116.122 115.852

24. Seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado seguradoras compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado: Fornecedor, Riscos cobertos, Montante da Cobertura

Potencial Seguradora, Constr. E Ações Trabalhistas, Axa Seguros S.A., R.C. de Administradores e Diretores - D&O, Fairfax Company, Responsabilidade Civil Geral, Resilience Company, Responsabilidade Civil Geral, Tokio Marine, Riscos Nomeados e Operacionais (HCSRM), Tokio Marine, Riscos Nomeados e Operacionais (HSJ), As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes. 25. Eventos subsequentes: Até a data da publicação das demonstrações contábeis, não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 "Evento Subsequente".

Controladora: Cláudia Cavalcante Braga - CRC SP 272540-0-7, 2024 2023

10. Empréstimos, financiamentos e instrumentos derivativos: 10.1. Empréstimos e Financiamentos: Taxas Contratuais, Vencimento final, 31/12/2024, 31/12/2023

BNDES - Ponte A (a), IPCA + 3,17% a.a. + Spread de 3,48% a.a., Agosto de 2034, 1.374 18.282 19.656 20.723

BNDES - Ponte B (a), IPCA + 3,03% a.a. + Spread de 3,48% a.a., Agosto de 2034, 2.205 29.171 31.376 33.295

BNDES - Capital de giro (b), IPCA + 3,03% a.a. + Spread de 3,48% a.a., Agosto de 2034, 2.722 36.007 38.729 40.854

BNDES - Financiamento (c), IPCA + 3,03% a.a. + Spread de 4,16% a.a., Março de 2036, 6.166 106.498 112.664 117.025

(-) Custos na transação, 283) (2.189) (2.472) (2.747) 12.184 137.769 199.953 209.146

1ª emissão de debêntures (d), GDI + 3,60% a.a., Agosto de 2029, 9.430 38.402 46.832 54.311

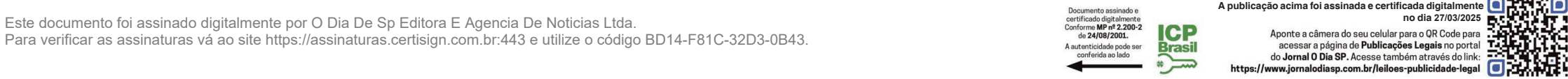
(-) Custos na transação, 3.077 (353) 37.702 45.779 52.920

Daycoff Leasing - Banco Múltiplo (e), Prefeçada 0,8336% coeficiente, Julho de 2025, 1.295 487 1.782 3.566

(-) Ajuste a valor presente, 24) (6) (40) (134) 1.261 481 1.742 3.432

Banco Bocom (h), GDI + 2,68 a.a., Fevereiro de 2024, 21.522 225.952 247.474 274.393

a) Em fevereiro de 2023, a Companhia contratou R\$ 10.000 em empréstimo denominado em moeda estrangeira com base na moeda de proteção contra riscos de mudança do fluxo de caixa junto ao Banco Bocom. O valor principal é acrescido de juros para o qual foi contratado operação de "swap" com o objetivo de proteger contra riscos de remuneração das taxas de câmbio, substituindo os juros com uma taxa e variável taxa de taxa prefixada. Essa é uma operação "casada" que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de "swap" contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido. 10.2. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui a operação de hedge de câmbio, no qual tem a posição ativa indexada ao SOFR e com contrapartida passiva o indexador é o CDI, a amortização do valor principal é de acordo com o vencimento do contrato de empréstimo ao qual o contrato SWAP está atrelado. O efeito da operação de SWAP está registrado na rubrica "Instrumento financeiro derivativo" no Balanço Patrimonial a longo prazo do passivo.



Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certsign.com.br:443 e utilize o código BD14-F81C-32D3-0B43.

**\* continuação**  
 Aos Acionistas e Administradores da **Inova Saúde São Paulo SPE S.A.** São Paulo - SP.  
**Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Inova Saúde São Paulo SPE S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Inova Saúde São Paulo SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.  
**Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria (PAA):** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Realização do reequilíbrio financeiro:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Companhia reconhece: **(a)** Reequilíbrio econômico-financeiro decorrente do atraso do início das operações do Hospital Centro de

**Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis da Inova Saúde São Paulo SPE S.A.**  
 Referência em Saúde da Mulher; **(b)** Aplicabilidade e exigibilidade trienal do Reajuste Complementar da Parcela Variável; e **(c)** Reconposição patrimonial decorrente do atraso do Poder Concedente em liberar as áreas necessárias para o início das obras de construção do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher. Devido a relevância e subjetividade do assunto e o potencial impacto desses assuntos nas demonstrações contábeis da Companhia, consideramos esse assunto significativo para auditoria. **Resposta da Auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: **(a)** Avaliação do ambiente de controle interno no que tange ao processo de atualização do Reequilíbrio adotado pela Companhia; **(b)** Avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos apresentados pela Companhia; **(c)** Teste documental, em base amostra, sobre a base de contraprestações mensais e aportes realizados pelo poder concedente; **(d)** Recálculo da atualização monetária de multa e juros; **(e)** Confronto das informações da memória de cálculo com o contrato de concessão e *legal opinion* dos advogados da Companhia; **(f)** Teste documental sobre os recebimentos ocorridos; e **(g)** Avaliação da divulgação das informações nas notas explicativas. Com base nas evidências obtidas, determinamos que as estimativas utilizadas para reconhecimento da receita estão adequadas, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas

operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **(a)** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **(b)** Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; **(c)** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; **(d)** Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base

contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. **(e)** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.  
 São Paulo, 18 de março de 2025  
**Diego Cavalcante Bastos**  
 Contador - CRC 1 SP 292913/0-9

**IBDO**  
**BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.**  
 CRC 2 SP 013846/0-1



## INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

CNPJ nº 20.815.868/0001-57

### Relatório da Diretoria

**Senhores acionistas:** Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.s. os Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2024 e 31/12/2023, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, as quais se acham acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 18 de março de 2025

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)				Demonstrações dos Resultados (Em milhares de Reais)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de Reais)			
Ativo Circulante	31/12/2024	31/12/2023		em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023	31/12/2024	31/12/2023		em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023	31/12/2024	31/12/2023	
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.587	5.514	Receitas líquidas	18	65.517	71.795	Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social	37.010	54.106	
Ativo financeiro de concessão	6	50.287	49.405	Atos de serviços prestados	18	(56.002)	(65.285)	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Contas a receber	7	6.033	6.136	<b>Lucro bruto</b>	17	9.455	15.511	Variações monetárias sobre ativo financeiro de concessão	(46.219)	(50.966)	
Impostos e contribuições a compensar		1.571	1.140	<b>Despesas operacionais</b>	19	(9.104)	(8.574)	Juros e variações monetárias sobre empréstimos	9.169	10.267	
Adiantamento a fornecedor		384	729	Despesas gerais e administrativas		(1.724)	(1.522)	Provisões	5.663	5.269	
Outras contas a receber		291	359	Resultado financeiro		(1.373)	5.415	Apropriação dos impostos diferidos (pits cofins)		(1.912)	
		65.693	63.283	Recetas financeiras	20	50.862	61.862	Depreciações e amortizações	541	539	
<b>Não circulante</b>				Despesas financeiras	21	(12.479)	(13.172)	<b>4.252</b>	<b>19.694</b>		
Realizável a longo prazo				<b>Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>38.383</b>	<b>48.690</b>	<b>Variações em saldos de ativos e passivos</b>			
Contas a receber	7	9.040	31.177	Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	13.3	(19.307)	(12.747)	Ativo financeiro de concessão	46.783	44.840	
Impostos diferidos	13.1	6.677	7.743	Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	13.3	5.409	(4.129)	Contas a receber de clientes	42.137	(4.54)	
Ativo financeiro de concessão	6	164.093	166.093	<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>23.112</b>	<b>37.230</b>	Reequilíbrio financeiro	26.737	(5.390)	
Ativo Imobilizado		182.734	204.923	Saldo no final do exercício		23.112	37.230	Impostos e contribuições a compensar	(431)	1.442	
Ativo intangível	8	905	1.442	Saldo no início do exercício		23.112	37.230	Outras contas a receber	346	(371)	
		183.652	206.382	As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis				Fornecedores	(3.224)	1.507	
<b>Total do ativo</b>		<b>249.345</b>	<b>269.665</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>249.345</b>	<b>269.665</b>	Conta corrente com partes relacionadas	69	(24)	
				As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis				Obrigações e encargos trabalhistas	45	555	
								Obrigações tributárias	11.058	(1.054)	
								Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(19.307)	(12.747)	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)				
Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	Lucros do período	Total do patrimônio líquido
30.457	7.272	34.194	37.230	71.924
				37.230
		37.230	(37.230)	-
		(32.523)	-	(32.523)
		(993)	-	(993)
		(2.853)	-	(2.853)
	(1.182)	1.182	-	-
	6.090	36.237	-	72.784
			23.112	23.112
			(7.000)	(7.000)
			(29.236)	(29.236)
			(8.264)	(8.264)
	6.090	14.849	-	51.396
				249.345
				269.665

**1. Contexto operacional:** A Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de Sorocaba - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o que inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de Sorocaba. O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretária de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços não assistenciais previstos no contrato de concessão "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa. O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17 de outubro de 2014 - "Projeto Executivo - Seção I - página 5". O objeto do Contrato de Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido: I. Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato; II. Construção e implantação do Complexo Hospitalar; III. Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato; IV. Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato; V. Prestação dos Serviços "Bata Cinza"; VI. Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar; VII. O complexo hospitalar de Sorocaba foi concluído em março de 2018 onde a Companhia iniciou as operações de serviços Bata Cinza. O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da assinatura em 01 de setembro de 2015 do Termo de Referência Inicial, podendo ser prorrogado pelo mesmo período mediante justificativa apresentada pelo Poder concedente. **2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo diretor da Companhia em 17 de fevereiro de 2025. Em conformidade com a Orientação CPC 07 - Evidenciação, as informações dos Relatórios Contábil - Financeiro de Propósito Geral, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outro modo. **3. Práticas contábeis materiais e outras informações adicionais:** **3.1. Pronunciamentos novos aplicados pela primeira vez em 2024:** a) Alterações na norma IFRS 16/CPG 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPG 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; b) Alterações na norma IAS 1/CPG 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos não-circulantes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; c) Alterações na norma IAS 1/CPG 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; d) Alterações na IAS 7/CPG 03 (R2) e IFRS 7/CPG 04 (R1) - esclarece e aplica as definições de ativos financeiros, com informações com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e) A Companhia adotou as normas aplicáveis esse ano e concluiu que não houve impactos significativos em suas demonstrações financeiras. **3.2. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa e aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimentos até três meses após o CDI e baixo risco de crédito, por serem emitidos ou geridos por bancos de primeira linha, são mantidas com a finalidade de rentabilizar o caixa de curto prazo. **3.3. Ativo financeiro de concessão - ICP 01 (R1) IFRIC 12:** A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a interpretação Técnica ICP 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam isentas em seu alcance. As concessões estão classificadas como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente. **3.4. Contas a receber:** O Contas a receber está constituído pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza" e pelos valores de reequilíbrio financeiro (vide Nota Explicativa nº 7) junto a Secretária do Estado de Saúde. As contraprestações variáveis estão em sua totalidade relacionadas a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Companhia possui um sistema de acompanhamento do sistema de indicadores com aferições mensais e avaliados pelo Poder Concedente através de verificador independente. Até o momento, a Companhia não recebeu nenhuma notificação de desaprovção pelo Poder Concedente. A recomposição do equilíbrio contratual está assegurada no contrato de concessão. Atendendo às regras do CPC 25 - Provisões, Passivos, Contingente e Ativos Contingentes, o reequilíbrio financeiro é reconhecido nas demonstrações contábeis com a entrada dos benefícios econômicos e reconhecido praticamente certo. **3.5. Fornecedores:** As contas a pagar de fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.6. Impostos e Contribuições:** Os impostos e contribuições a compensar são constituídos por retenções na fonte de imposto de renda, créditos de pagamento a maior, antecipações e saldos negativos de IRPJ e CSLL 3.7. **Provisões:** As provisões são constituídas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. São registrados no caso de provisão de manutenção os gastos necessários para recuperar a infraestrutura a um nível específico de operacionalidade antes de devolvê-la ao Poder Concedente. A contabilização é realizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão e atualizados com base no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor. **3.8. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado através do método de taxa efetiva de juros. **3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos:** As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurções de **9. Empréstimos, financiamentos e debêntures:**

**Modalidade:** **Empréstimos:** BNDES - Ponte B INOVES - Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. - Spread 2,94% a.a. INOVES - Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. - Spread 2,94% a.a. BNDES - Capital de giro INOVES - Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. - Spread 2,94% a.a. (-) Custos na captação de recursos

**Arrendamento Mercantil:** Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. (-) Ajuste a valor presente

Os recursos obtidos serão destinados para pagamento do saldo da dívida junto ao Banco Bradesco e, investimentos na manutenção do hospital de Sorocaba. **a)** Em 05 de Julho de 2023 a Companhia realizou contrato de arrendamento mercantil com o Banco Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S/A no valor de R\$ 1.974 para a renovação do parque tecnológico do Hospital Estadual de Sorocaba.

**Diretoria:** Susana Cabarcos Pawletta - Diretora Presidente Wilson de Brito Malheiros - Diretor Administrativo e Financeiro

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis:** Qualquer Natureza) sobre as remunerações das contraprestações mensais e aplicabilidade e exigibilidade trienal do Reajuste Complementar da Parcela Variável do Complexo Hospitalar de Sorocaba. Devida a relevância, subjetividade do assunto e o potencial impacto desses assuntos nas demonstrações contábeis da Companhia, consideramos esse assunto significativo para auditoria. **Resposta da Auditoria ao assunto:** Nossa procedimento de auditoria incluem, entre outros: (a) Avaliação do ambiente de controle interno que no tempo ao processo de atualização do Reequilíbrio de Avaliação da Companhia; (b) Avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos apresentados pela Companhia; (c) Teste documental, em base amostral, sobre a base de contraprestações mensais e aportes realizados pelo poder concedente; (d) Recalculo da atualização monetária de multa e juros; (e) Confronto das informações da memória de cálculo com o contrato de concessão e legal; (f) Opinião dos advogados da Companhia; (f) Teste documental sobre os recebimentos ocorridos; (g) Avaliação da integridade das informações nas notas explicativas. Com base nas evidências obtidas, determinamos que as estimativas utilizadas para reconhecimento da receita estão adequadas, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Não foram observadas irregularidades significativas em relação ao reconhecimento da receita. A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgação, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Montante da Cobertura:** 19.544 (46.735) 44.840

**Projeto:** Potencial Seguradora S/A Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços (46.735) 44.840

**Fair Fax Brasil Seguros:** Responsabilidade civil 10.000

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes. **24. Eventos Subsequentes:** Até a data da publicação deste relatório, não houve eventos subsequentes subsequentes passíveis de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento Subsequente.

**BDO:** São Paulo, 18 de março de 2025

**BDO RSC Auditores Independentes S/ Ltda.** Diego Cavalcante Bastos Contador - CRC 1 SP 292913/0-9

**Montante da Cobertura:** 19.544 (46.735) 44.840

**Projeto:** Potencial Seguradora S/A Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços (46.735) 44.840

**Fair Fax Brasil Seguros:** Responsabilidade civil 10.000

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes. **24. Eventos Subsequentes:** Até a data da publicação deste relatório, não houve eventos subsequentes subsequentes passíveis de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento Subsequente.

**BDO:** São Paulo, 18 de março de 2025

**BDO RSC Auditores Independentes S/ Ltda.** Diego Cavalcante Bastos Contador - CRC 1 SP 292913/0-9

**Montante da Cobertura:** 19.544 (46.735) 44.840

**Projeto:** Potencial Seguradora S/A Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços (46.735) 44.840

**Fair Fax Brasil Seguros:** Responsabilidade civil 10.000

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes. **24. Eventos Subsequentes:** Até a data da publicação deste relatório, não houve eventos subsequentes subsequentes passíveis de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento Subsequente.

**BDO:** São Paulo, 18 de março de 2025

**BDO RSC Auditores Independentes S/ Ltda.** Diego Cavalcante Bastos Contador - CRC 1 SP 292913/0-9

**Montante da Cobertura:** 19.544 (46.735) 44.840

**Projeto:** Potencial Seguradora S/A Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços (46.735) 44.840

**Fair Fax Brasil Seguros:** Responsabilidade civil 10.000

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes. **24. Eventos Subsequentes:** Até a data da publicação deste relatório, não houve eventos subsequentes subsequentes passíveis de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento Subsequente.

**BDO:** São Paulo, 18 de março de 2025

**BDO RSC Auditores Independentes S/ Ltda.** Diego Cavalcante Bastos Contador - CRC 1 SP 292913/0-9

**Montante da Cobertura:** 19.544 (46.735) 44.840

**Projeto:** Potencial Seguradora S/A Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços (46.735) 44.840

**Fair Fax Brasil Seguros:** Responsabilidade civil 10.000

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes. **24. Eventos Subsequentes:** Até a data da publicação deste relatório, não houve eventos subsequentes subsequentes passíveis de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento Subsequente.

**BDO:** São Paulo, 18 de março de 2025

**BDO RSC Auditores Independentes S/ Ltda.** Diego Cavalcante Bastos Contador - CRC 1 SP 292913/0-9

**Montante da Cobertura:** 19.544 (46.735) 44.840

**Projeto:** Potencial Seguradora S/A Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços (46.735) 44.840

**Fair Fax Brasil Seguros:** Responsabilidade civil 10.000

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes. **24. Eventos Subsequentes:** Até a data da publicação deste relatório, não houve eventos subsequentes subsequentes passíveis de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento Subsequente.

**BDO:** São Paulo, 18 de março de 2025

**BDO RSC Auditores Independentes S/ Ltda.** Diego Cavalcante Bastos Contador - CRC 1 SP 292913/0-9

**Montante da Cobertura:** 19.544 (46.735) 44.840

**Projeto:** Potencial Seguradora S/A Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços (46.735) 44.840

**Fair Fax Brasil Seguros:** Responsabilidade civil 10.000

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes. **24. Eventos Subsequentes:** Até a data da publicação deste relatório, não houve eventos subsequentes subsequentes passíveis de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento Subsequente.

**BDO:** São Paulo, 18 de março de 2025

**BDO RSC Auditores Independentes S/ Ltda.** Diego Cavalcante Bastos Contador - CRC 1 SP 292913/0-9

**Montante da Cobertura:** 19.544 (46.735) 44.840

**Projeto:** Potencial Seguradora S/A Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços (46.735) 44.840

**Fair Fax Brasil Seguros:** Responsabilidade civil 10.000

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes. **24. Eventos Subsequentes:** Até a data da publicação deste relatório, não houve eventos subsequentes subsequentes passíveis de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento Subsequente.

**BDO:** São Paulo, 18 de março de 2025

**BDO RSC Auditores Independentes S/ Ltda.** Diego Cavalcante Bastos Contador - CRC 1 SP 292913/0-9

**Montante da Cobertura:** 19.544 (46.735) 44.840

**Projeto:** Potencial Seguradora S/A Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços (46.735) 44.840

**Fair Fax Brasil Seguros:** Responsabilidade civil 10.000

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes. **24. Eventos Subsequentes:** Até a data da publicação deste relatório, não houve eventos subsequentes subsequentes passíveis de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento Subsequente.

**BDO:** São Paulo, 18 de março de 2025

**BDO RSC Auditores Independentes S/ Ltda.** Diego Cavalcante Bastos Contador - CRC 1 SP 292913/0-9

**Montante da Cobertura:** 19.544 (46.735) 44.840

**Projeto:** Potencial Seguradora S/A Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços (46.735) 44.840

**Fair Fax Brasil Seguros:** Responsabilidade civil 10.000

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes. **24. Eventos Subsequentes:** Até a data da publicação deste relatório, não houve eventos subsequentes subsequentes passíveis de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento Subsequente.

**BDO:** São Paulo, 18 de março de 2025

**BDO RSC Auditores Independentes S/ Ltda.** Diego Cavalcante Bastos Contador - CRC 1 SP 292913/0-9

**Montante da Cobertura:** 19.544 (46.735) 44.840

**Projeto:** Potencial Seguradora S/A Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços (46.735) 44.840

**Fair Fax Brasil Seguros:** Responsabilidade civil 10.000

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes. **24. Eventos Subsequentes:** Até a data da publicação deste relatório, não houve eventos subsequentes subsequentes passíveis de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento Subsequente.

**BDO:** São Paulo, 18 de março de 2025

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/BD14-F81C-32D3-0B43> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BD14-F81C-32D3-0B43



### Hash do Documento

CF5F8105A609BD08B99CE69735A982E704ABFD8036E5B035C561D17BA7171938

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/03/2025 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 27/03/2025 00:00 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

